

Educação Cívica

A 1ª República constituiu um período de grande riqueza no que diz respeito às preocupações com a formação do cidadão, conduzindo a um novo entendimento, em alguns dos seus aspectos, da noção moderna de cidadania. Ao pôr em causa o predomínio do catolicismo sobre a consciência dos portugueses, o republicanismo sentiu a necessidade de elaborar uma alternativa que preenchesse a função consensual e integradora até aí desempenhada pela religião. Pretendia-se fomentar o desenvolvimento de uma nova unidade espiritual e moral da nação, o que implicava a união de todos os portugueses à volta da ideia de república, dos valores a ela associados e, naturalmente, das novas instituições. A importância atribuída ao consenso e à integração social tem, sem dúvida, que ver com a forte influência do positivismo no pensamento republicano. A escola – e, particularmente, a escola primária – tornou-se o lugar privilegiado para recriar um conjunto de ideias e aspirações comuns a todos, embora tendo como ponto de partida um fundamento completamente diferente do permitido pela religião. Será a educação moral e cívica laica a substituta da religião e moral católica nessa tarefa.

A importância da educação cívica tinha ainda que ver com a necessidade de consagrar a República como alternativa credível à Monarquia recentemente deposta, a qual possuía uma longa tradição, e cujos símbolos e valores, juntamente com os do catolicismo, se haviam enraizado no coração dos portugueses. Era fundamental que a mudança de regime fosse sentida como irreversível para que a República se consolidasse. Convém termos em conta que estamos perante uma nova ordem social, cuja legitimação urgente era condição necessária à sua sobrevivência. O projecto de implementação da educação cívica no currículo escolar visava, assim, contribuir para a estabilização e salvaguarda da jovem República portuguesa.

Conscientes de que a mudança de regime era, por si só, insuficiente, tornando-se antes necessário implantar a república no fundo das consciências, os republicanos vão investir a escola primária nessa função. Republicanizar os cidadãos tornou-se um dos principais objectivos do currículo escolar, daí que faça sentido falar de «educação republicana», como o faz o seu grande apologista e propagandista, João de Barros. Nessa perspectiva, a escola não deveria ser neutra do ponto de vista político e filosófico, mas antes militantemente laica, patriótica e republicana.

A importância da educação cívica prendia-se, ainda, com a assunção, por parte do republicanismo, de um optimismo educativo, de raízes simultaneamente iluminista e

positivista, tendencialmente utópico. A educação surgia como o principal factor explicativo do progresso da humanidade. Numa sociedade decadente, como se acreditava ser o caso da portuguesa, só a difusão da educação possibilitaria a sua regeneração material e moral, regeneração essa conducente à formação de um Portugal novo, à imagem do Portugal das Descobertas paradigmaticamente evocado. A difusão da educação implicava o combate ao analfabetismo, elemento central da retórica republicana, mas, também, a educação moral e cívica do povo português.

No âmbito das reformas educativas do período republicano dedicadas à instrução primária (reformas de 1911 e 1919), bem como nos programas elaborados em 1919 e 1921, e educação cívica foi uma presença constante no currículo, ainda que sob designações diversas e variando segundo os graus e anos de escolaridade. Em 1921, por exemplo, a disciplina de «educação cívica» surgia de forma autónoma nas três últimas classes do ensino primário geral, então com cinco anos. Na 3ª classe sugere-se a leitura e a explicação de textos em que estejam presentes, entre outras, as ideias de pátria, república, cidadão, soldado, lei, justiça, liberdade, igualdade, fraternidade e solidariedade. Entre os temas da 4ª classe encontram-se «noções simples sobre a evolução humana e as vantagens dos regimes democráticos» e «o cidadão: suas obrigações individuais, familiares e sociais e seus direitos». Finalmente, na 5ª classe encontramos conteúdos programáticos tais como: «poder legislativo, poder executivo e poder judicial», «a Constituição política da República», «superioridade do regime republicano», «os deveres políticos e os deveres do cidadão», «o sufrágio», «o Senado e a Câmara dos Deputados» e «a lei: necessidade de obediência à lei» e a «gratuidade e obrigatoriedade do ensino». Esta é uma lista sintomática no que se refere ao conteúdo da socialização política pretendida pelo poder republicano. Os programas valorizavam, como se pôde ver, a aquisição de conhecimentos respeitantes ao funcionamento do regime liberal democrático, conhecimentos esses que deveriam servir de base à interiorização dos novos valores laicos e republicanos.

Assistimos, a este nível, a uma interessante convivência entre valores diferentes do ponto de vista da sua fundamentação filosófica e ideológica, mas cuja conjugação é relativamente coerente. A herança liberal está inevitavelmente presente ou não fosse o republicanismo uma variante do liberalismo. A generalidade dos manuais de educação cívica apresenta a fórmula «liberdade - igualdade - fraternidade» como sendo a divisa geral de todas as repúblicas, enquanto que a divisa particular da República portuguesa seria «ordem e trabalho». Embora retomando a trilogia revolucionária, a República

pretendia apresentar-se como relativamente moderada, daí a preocupação, típica do positivismo, de compatibilizar o progresso com a preservação da ordem. A presença de valores caros ao liberalismo moderado de oitocentos, designadamente o direito à propriedade, é disso igualmente prova. O referido destaque era contrabalançado pela presença de valores que remetiam para preocupações de ordem social, em particular no que se refere à solidariedade. A alternativa apresentada à moral católica, entretanto afastada da escola, era uma moral laica assente na solidariedade. Esta representava a reactualização positivista das preocupações de altruísmo social anteriormente contidas na noção de fraternidade. Surgem, na mesma linha de pensamento, amplas referências à cooperação, à filantropia e à generosidade social.

Não foi pacífica a concretização da educação cívica ao nível do currículo formal, tendo dado mesmo lugar a intensas polémicas no campo educativo. A tradição iniciada com os catecismos políticos foi, no essencial, mantida, conduzindo à sobrevalorização das informações relativas à Constituição, ao carácter acentuadamente descritivo, ao apelo à memorização, entre outras limitações à época apontadas, realçadas ainda pela fraca qualidade geral dos compêndios em uso. Algumas das críticas chamam a atenção para a desadequação da educação cívica ao desenvolvimento psicológico das crianças, outras põem mesmo em causa a existência de um espaço curricular próprio. Para a generalidade dos educadores ligados ao movimento renovador, a educação cívica não devia existir como disciplina, devia antes ser uma preocupação de todos os professores, estar incluída em todas as matérias, para além de ser ensinada por «processos indirectos» e recorrendo a métodos preferencialmente activos. A educação cívica aprendia-se, segundo esta óptica, não em livros, mas na prática, em perfeita integração com a vida e o ambiente escolar, tendo por base a observação, a experiência, a própria actividade do educando e desenvolvendo-se a propósito dos então chamados «factos ocorrentes» na vida escolar ou social. As estratégias mais valorizadas deveriam ser, para além do aproveitamento pedagógico do professor como modelo, uma ideia de todos os tempos, a prática do diálogo socrático, a realização de visitas de estudo e de passeios pedagógicos, a leitura e comentário de textos literários e jornalísticos, o recurso ao teatro e ao animatógrafo, a organização de festas escolares, a realização de trabalhos em grupo de alunos, a elaboração de quadros parietais, entre outras.

A forma privilegiada de promover a educação moral e cívica durante o período republicano foi, no entanto, a que ficou conhecida para a posteridade pela expressão inglesa *self-government*, fomentada pelos meios da Educação Nova. O pressuposto

daquela prática, que tinha em vista a autonomia dos alunos, era o de que só a vivência concreta de experiências democráticas permitiria preparar esses mesmos alunos para a vida numa sociedade democrática. A sua manifestação mais habitual no Portugal republicano foram as associações de estudantes baptizadas como «solidárias», através das quais se organizava a participação activa dos alunos na vida da escola. Adolfo Lima foi um dos seus impulsionadores na, à época, modelar Escola-Oficina n.º1 da Graça. Essas associações deveriam reflectir, em ponto pequeno, as instituições sociais dos adultos, constituindo-se como verdadeiros «laboratórios sociais», em que a criança e o adolescente experimentariam a vida social. A escola devia, nesta perspectiva, não só integrar-se, o mais possível, na vida social, como ser ela própria uma espécie de «sociedade em miniatura».

Ao nível da pedagogia oficial do republicanismo - e em contraponto com a já referida pobreza no que diz respeito à concretização curricular formal da educação cívica - não podemos deixar de sublinhar a riqueza e o interesse das suas manifestações curriculares mais informais, designadamente os cultos, rituais e símbolos de inspiração laica que marcavam presença nos espaços e contextos escolares e dos quais não está ausente uma certa conotação religiosa. Este facto remete-nos, igualmente, para a importância de que se reveste a dimensão afectiva na formação dos cidadãos.

O projecto republicano de formação de cidadãos assumia o patriotismo como a ideologia capaz de gerar o consenso e de contribuir para a interiorização de uma memória colectiva que servisse de base ao fortalecimento da identidade nacional. A entidade unificadora que era a pátria passou a ser alvo, como nunca até aí, de um processo de sacralização que aspirava à sua consagração no coração, mais do que na cabeça, dos jovens portugueses que frequentam a escola primária e que a República encarava como sendo os cidadãos do futuro. Assim se compreende a importância então assumida por manifestações tais como o culto da bandeira e do hino ou o culto dos heróis da pátria. Todos os manuais de educação cívica incluem capítulos ou tópicos dedicados à pátria, vista como «mãe» de todos nós.

Além disso, o patriotismo difundido por essa via era um patriotismo no qual a dimensão histórica aparecia como fundamental. A pátria surgia identificada, em grande medida, com a sua história. Consciente da ruptura que protagonizava, carente de legitimação, a República assumiu-se como herdeira do passado nacional. Tratava-se de uma história velha de quase oito séculos. Assistimos, assim, a uma espécie «invenção da tradição» por parte da pedagogia cívica republicana. Desse passado destacam-se, pelo seu

prestígio, alguns momentos, designadamente as origens ou a luta pela preservação da independência nacional. O momento da história portuguesa mais prestigiado, e no qual se verificou um maior investimento sentimental, foi, no entanto, o período das descobertas e da expansão marítima. É isso que permite compreender a promoção, pelo republicanismo, da figura de Luís de Camões como figura mais representativa da hagiografia nacional. Poeta da grande epopeia, ninguém melhor do que ele para simbolizar o regresso à «idade de ouro» perdida. Portugal regenerar-se-ia retornando à sua vocação histórica de potência colonial. Era o regresso a um passado que constituía, na verdade, um passado mítico.

Concluindo, podemos afirmar que foi com a República que o dilema inaugurado pela modernidade liberal atingiu a sua maior intensidade dramática. É verdade que se aspirava, porventura de forma genuína, à formação do cidadão, autónomo e consciente, preparado para a vida em democracia. No entanto, a vontade de, num contexto adverso, contribuir para a preservação da nova ordem, aliada ao desejo de todos integrar numa mesma comunidade simbólica, assente nos valores e nos símbolos do republicanismo e do laicismo, acabaram por legitimar práticas que remetem mais para a noção contemporânea de «endoutrinação». A distância que separa a educação cívica republicana da educação para a cidadania em que hoje nos revemos é ainda inquestionavelmente grande.

Referências:

Catroga, F. (1991). *O republicanismo em Portugal. Da formação ao 5 de Outubro de 1910* (2 vols.). Coimbra: Faculdade de Letras.

Gonçalves, M. N. (2007). *O ideário educativo republicano. Da propaganda eleitoral republicana aos debates parlamentares (1878-1910)* (3 vols.) [Tese de Doutoramento]. Évora: Universidade de Évora.

Pintassilgo, J. (1998). *República e formação de cidadãos. A educação cívica nas escolas primárias da 1ª República portuguesa (1910-1926)*. Lisboa: Edições Colibri.

Pintassilgo, J. (2013). Educação Cívica. In M. F. Rollo (Coord.). *Dicionário de História da I República e do Republicanismo* (Vol. I, pp. 1080-1083). Lisboa: Assembleia da República.